

MUSEALIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO: FORMAS CULTURAIS INTEGRADAS, TERMOS E CONCEITOS ENTRELACADOS¹⁴

MUSEALIZATION AND PATRIMONIALIZATION: CULTURAL FORMS INTEGRATED, TERMS AND CONCEPTS INTERLACED

Diana Farjalla Correia Lima¹⁵

Resumo: Abordagem dos processos Musealização e Patrimonialização aplicados no campo da Museologia de modo integrado. Representam instrumentos do poder simbólico das instâncias e profissionais credenciados como especializados. Assim, socialmente legitimados, atuam baseados em preservar manifestações culturais/naturais caracterizando-as como bens simbólicos a benefício de gerações futuras. Objetivos da investigação: identificar no contexto desses termos/conceitos as expressões do pensar e agir do campo; as designações atributos de valor; interpretar os critérios vinculados; relacionar a políticas culturais locais e internacionais visando construir um elenco de indicadores temáticos teórico-práticos e representativo das objetivações simbólicas que permita desenhar o contexto de exercício de tutela intelectual e prática. Pesquisa de teor qualitativo em contexto documental, interpretação e análise comparativa das fontes do tema (em grande parte, primárias) associando patrimônio e patrimônio musealizado, contextos nacional e internacional de: artigos de profissionais; instâncias de representação; produção relacionada a interpretações, normas, procedimentos e formas de tratamento; legislação; bases de dados temáticas sobre espaços e coleções musealizadas e patrimonializadas (serviços de informação: países, grupos internacionais, locais). Os resultados apontam indicadores com designações e significações (termos/conceitos) revestidas de perfil destacando os itens selecionados em meio a grupos tipológicos – uma marca cultural de distinção. É o atributo de valor determinando inserção na categoria Bem, permitindo ingerências técnicas ou legais. Ao final, verificou-se que o poder simbólico está entranhado no quadro ideológico e de atividades dos dois processos. Na qualidade de aparelhos simbólicos validam institucionalmente pelo ato documental (registro) que de um lado imprime a imagem social de valorização, mas por outro legitima a outorga da responsabilidade no trato dos bens aos agentes do campo museológico-patrimonial. Presidem na dimensão cultural a construção de um perfil competente que lhes dá o crédito do reconhecimento e abona para estabelecer a ordem tutelar das apropriações e intervenções conceituais e operacionais.

Palavras-chave: Museologia e patrimônio. Musealização. Patrimonialização. Bem Cultural-Natural. Poder Simbólico.

Abstract: Approach of musealization and patrimonialization processes applied in the field of museology in an integrated manner. They represent the symbolic power of cultural instances and the professional groups recognized as specialist. Thus, socially legitimized, they act based on preserving cultural/natural manifestations characterizing them as symbolic cultural property in benefit of future generations. Objectives of the research: identify in the context of these terms/concepts the expressions of thought and action of the field; the names and attributes values; to interpret criteria and relate to local and international cultural policies, seeking to build a list of representative theoretical and operational themes indicators of

¹⁴ Artigo relacionado a pesquisa realizada com apoio do CNPq (produtividade). “Musealização e Patrimonialização - Termos e Conceitos da Museologia em ação: identificando e explicitando indicadores teórico-práticos para aplicação”.

¹⁵ Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, diana@mls.com.br

symbolic objectifications enabling drawing the context of the intellectual and practical exercise of protection. Qualitative research with documental context, interpretation and comparative analysis of the sources of themes (primary, in large part) involving musealized heritage and other cultural elements with potential qualities to be musealized, international and national context of: edited articles; instances of cultural representation and related interpretations; rules; cultural procedures and modalities of technical treatment; legislation; thematic databases focusing museum spaces and museum artifacts and patrimonialized collections (information services: countries, international and local groups). The research results point to indicators with names and meanings (terms/concepts) revealing profile highlighting the selected items amid typological groups - a cultural mark of distinction. It is the attribute value determining inclusion in the category of cultural property, allowing technical or legal interference. At the end, it was found that the symbolic power is entrenched in the ideological framework and activities of the two processes.

Keywords: Museology and Heritage. Musealization. Patrimonialization. Cultural-Natural Property. Symbolic Power.

O conceito de cultura que eu defendo, [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado as teias do significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa a procura de significados. É justamente uma explicação que eu procuro.

Clifford Geertz

1 MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO: UMA COMPOSIÇÃO SINGULAR

A pesquisa que estamos desenvolvendo no campo da Museologia envolve os processos denominados Musealização e Patrimonialização, um espaço conceitual e prático que contempla a classe dos bens simbólicos nas amplas categorias nomeadas culturais, naturais, materiais, intangíveis e cujo espectro se sustenta em variadas formas de interpretação elaboradas pelo olhar e pelo trato especializados do domínio do conhecimento. O contexto interpretativo está vinculado, no plano do pensar, a representações culturais e explicitações correlatas ambientadas e voltadas a determinado objeto de estudo; e no plano das ações a práticas culturais formalizadas por meio das modalidades de execução que expressam e exercem o discurso do outro plano em comportamento de interrelação. O cenário integrado da Musealização-Patrimonialização alcança manifestações consideradas como Bens de valor simbólico e ligadas aos aspectos da vida humana na sua integralidade: diferentes grupos culturais e as referências ao mundo da natureza.

Nossa pesquisa apoiada na ação do poder simbólico, força ativa na dimensão da cultura, é desenvolvida em conformidade com estudos teóricos de Pierre Bourdieu. Assim, dedica-se às intervenções dos dois processos e suas interpretações apresentadas a partir da identificação de uma imagem que chancela atributos de valor, rege procedimentos político-

institucionais a cargo de instâncias culturais socialmente legitimadas por agentes credenciados, individuais e institucionais, no entrelace temático e de ação unindo Museologia e Patrimônio. O foco investigativo, portanto, diz respeito à vocalização habilitada pelo campo museológico que proclamada pelas vias da produção teórica e da prática alcança diálogos com outros espaços do conhecimento.

No contexto da Musealização e da Patrimonialização, processos que são referenciados no campo da Museologia a várias modalidades pelas quais se apresentam os museus e suas interações no mundo da cultura, reconhece-se o domínio Museologia revestido de feição singular, isto é, uma formação cultural constituída de elementos considerados da ordem do Patrimônio.

A forma cultural Patrimônio alicerçada no valor simbólico emprestado ao que se convencionou identificar como um Bem, nas clássicas categorizações já citadas, ilustra um ambiente ajustado às interseções museológicas e suas relações decorrentes. Da mesma maneira, o museu responde a outra forma cultural identificada sob o modelo de patrimônio musealizado. Ainda, o Patrimônio, a sua vez, em sua constituição deixa perceber que a condição original é passível de musealização: o estado latente musealizável.

Não estamos fazendo um mero jogo de palavras.

Em Musealizar e Patrimonializar há imbricação que se mostra em situações combinando fundamentos da formação cultural. E traça nichos de visões interpretativas para intervenções do extrato museológico-patrimonial que, também, atuam como prerrogativas das instâncias legitimadas pela dimensão social/cultural em níveis nacional e internacional.

As bases da interação conceitual Museologia-Patrimônio são expostas no artigo *L'histoire de la Muséologie, est-elle finie?* Em trecho específico, o tópico Da Museologia à Patrimoniologia, François Mairesse ¹⁶ explica que

[...] desenha-se uma reflexão de outro modo mais importante: o museu se funda, nesta perspectiva, inteiramente com a noção do patrimônio. Refletindo bem, é efetivamente uma forte tendência que pode ser observada ao longo dos últimos 20 anos: torna-se cada vez mais difícil separar o patrimônio e museus, tal o modo que os dois estão fundidos. Provavelmente, pode-se salientar que, durante este período, as fronteiras demarcando os dois domínios foram diluídas, permitindo o desafio de projetar o patrimônio sob uma forma mais global que vai do monumento histórico ao patrimônio imaterial passando através dos testemunhos materiais apresentados tradicionalmente nos museus. Atualmente o certo é que a maioria das obras

¹⁶ Exerce a docência na Universidade Sorbonne 3 (França). Atual presidente do ICOFOM, Comitê Internacional para Museologia do ICOM, Conselho Internacional de Museus, também, foi diretor do Museu Real Mariemont (Bélgica) entre outras atividades.

sobre patrimônio abordam, de passagem, o mundo dos museus, porquanto a noção de patrimônio é central para a museologia (MAIRESSE, 2006, p.91-92, tradução e grifo nosso)¹⁷.

O cenário dessa irmanada influência intelectual e operativa está manifestado nos títulos que as instâncias ostentam e vem a dar indícios ou, claramente, dizer da representação dos seus conteúdos.

Citamos alguns exemplos e as áreas ou temas associados a entidades: -- Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM (Museologia); -- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (Patrimônio e Museus¹⁸); -- Conselho Internacional de Museus, *International Council of Museums* ICOM (Museologia e Patrimônio) e seu Comitê Internacional para Museologia, *International Committee for Museology* ICOFOM (Museologia e Patrimônio); -- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, *International Council on Monuments and Sites*, ICOMOS (Patrimônio e Museus); -- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Patrimônio e Museus); e ainda, como não poderia deixar de ser, a instância Museu (Museologia e Patrimônio).

Abrindo parênteses, devemos mencionar que as instâncias de legitimação firmam sua prerrogativa sobre um conjunto de manifestações categorizadas como Bens Simbólicos. A ingerência sobre tais representações torna-se globalmente pública por meio da divulgação da informação cultural especializada em determinado assunto na rede mundial de computadores (*internet*). A função comunicacional pode ser veiculada em modelo que diz respeito ao *site* de cada instituição e no qual se apresenta, individualmente, referenciando bases de dados relativas ao conjunto de bens que titula. Ou também, quando integra bases de dados reunidas nos serviços de informação (portais) de temática museológico-patrimonial compondo ‘conglomerados’ de Bens. A repercussão no segundo modelo alcança maior impacto pela

¹⁷ Texto original de Mairesse --- [...] “se dessine une réflexion autrement plus importante: le musée se fonde, dans cette perspective, entièrement avec la notion de patrimoine. A bien y réfléchir, c’est effectivement une tendance lourde qui peut être observée depuis une vingtaine d’années: il devient de plus en plus difficile de séparer patrimoine et musées, tant les deux sont fusionnés. Sans doute peut-on remarquer que, durant cette période, les frontières balisant ces deux domaines se sont fluidifiées, permettant de concevoir l’enjeu patrimonial sous une forme plus globale allant du monument historique au patrimoine immatériel en passant par les témoins matériels classiquement présentés dans les musées. Toujours est-il que la plupart des ouvrages sur le patrimoine abordent, en passant, le monde des musées, tandis que la notion de patrimoine est centrale à la muséologie”.

¹⁸ O IPHAN esteve responsável no Brasil pela política de museus desde o ato de criação do processo de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937 (SPHAN), até 2009 quando, então, foi criado o IBRAM, transferindo-se a partir da nova condição político-institucional a competência do antigo órgão para o novo Instituto.

facilidade oferecida ao usuário que, em um só lugar, encontra múltiplos aspectos acerca da informação desejada.

E fechado parênteses...

A Musealização e a Patrimonialização operam estabelecendo mudanças de condição interpretativa para as manifestações da natureza e da cultura sobre as quais passam a atuar.

No primeiro processo, de acordo com André Desvallées (2000, p.71), transmuda-se a função original (e própria da coisa em questão) para a função museológica, desse modo passando a ser caracterizada como um item musealizado. E sendo o museu uma instituição alicerçada e responsável por itens caracterizados como “patrimônio cultural e natural, material e imaterial”, de acordo com o Código de Ética do ICOM para Museus (2009, p.12)¹⁹, reconhece-se que sob sua zona de competência conceitual, por conseguinte, torna-se um patrimônio musealizado. No caso da Patrimonialização o fundamento é a ocorrência de idêntico processo modificador da sua condição original (DESVALLÉES, 2000) ao ser alçado e qualificado na função patrimonial.

As novas interpretações dadas pelas instâncias na mecânica da apropriação acontecem no mesmo terreno no qual se enraízam e mesclam os atributos da memória coletiva na feição do pertencimento cultural, nas dinâmicas relativas aos aspectos da permanência ou das ressignificações. As mudanças para o estado Musealizado-Patrimonializado agregam predicados que determinam um critério de distinção: os valores de ordem museológica e patrimonial outorgando caráter de algo que passa a ser de representação ímpar, o Bem Simbólico.

É no quadro interligando a lógica que orienta e aplica a Musealização e a Patrimonialização aos nomeados Bens Simbólicos que, exatamente, a investigação em pauta dá continuidade à reflexão desenvolvida em nossos estudos precedentes, os quais já faziam considerar, nos temas que vínhamos pesquisando, os dois conceitos primordiais vocalizados pela Linguagem de Especialidade do campo museológico que enlaçam Museologia e Patrimônio.

Desse modo, a pesquisa ora apresentada enfoca as relações entre Museologia e Patrimônio, trata das interpretações dadas aos termos/conceitos representativos deste binômio

¹⁹ Texto atualizado e aprovado em 2004 por ocasião da 21ª Conferência Geral do ICOM, na Coreia. A versão original do documento é apresentada em inglês, um dos três idiomas oficiais usados pelo ICOM, secundada pelas versões em francês e espanhol. Os Comitês Nacionais do ICOM existentes nos diversos países são responsáveis pela tradução no idioma local. É o caso dos países lusófonos com edição a cargo do Comitê Brasileiro do ICOM.

temático usadas pelas instâncias e profissionais especializados. O contexto investigado caminha, por essa razão, na historicidade do campo calcada nas relações simbólicas de apropriação emanadas das instâncias culturais legitimadas para o trato museológico-patrimonial e ativas por seus agentes; nas tipologias técnicas de determinação dos perfis museológicos; nas categorizações natural, cultural, materialidade, imaterialidade (Patrimônio); nos modelos conceituais das abordagens tradicionais e das novas formas digitais/virtuais dos Bens Simbólicos e configurações ligadas a coleções/territórios/museus (Museologia).

A literatura especializada englobando os dois processos afirma serem modalidades que, por conceito e prática, estabelecem novas funções culturais ao que foi apropriado, em vista disso, conferem a característica de um Bem Cultural – a aquisição de uma propriedade simbólica; assim se instaura a feição do Patrimonializado-Musealizado convertida em espelho dos conteúdos do pensamento e da ação, ainda, orientando as intervenções das instâncias culturais que, inclusive, em determinadas posturas institucionais podem representar o grau máximo e legal de decisão. E na dimensão social repercutem figurando como políticas culturais consubstanciando atividades de apropriação perpassadas pelo exercício do poder simbólico, um poder sutilmente instalado nos processos, como é da sua natureza fazer-se impor e sobre o qual falaremos adiante.

2 MUSEALIZAÇÃO ENTRELACE PATRIMONIALIZAÇÃO: FUNDAMENTAÇÃO PELO CAMPO MUSEOLÓGICO

A imagem cultural que integra Museologia e Patrimônio com seus processos de apropriação Musealização e Patrimonialização ao desenhar o perfil de semelhança sustenta-se em argumentações do campo museológico.

A configuração na perspectiva do patrimônio musealizado é abordada no Código de Ética para Museus do ICOM. O texto afirma o modelo da apropriação tutelar e a qualificação de excepcionalidade atribuída ao Bem; itens 1 e 6 transcritos a seguir:

1. Os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade.

Princípio: Os museus são responsáveis pelo patrimônio natural e cultural, material e imaterial. As autoridades de tutela e todos os responsáveis pela orientação estratégica e a supervisão dos museus têm como primeira obrigação proteger e promover este patrimônio [...]

6. Os museus trabalham em estreita cooperação com as comunidades de onde provêm seus acervos, assim como com aquelas às quais servem.

Princípio: Os acervos dos museus refletem o patrimônio cultural e natural das comunidades de onde provêm. Desta forma, seu caráter ultrapassa aquele dos bens comuns [...] (ICOM-BR, 2009, p.12, grifo do autor negrito, grifo nosso sublinhado).

A percepção da Museologia e Patrimônio como unidade interpretativa fez-se igualmente expressa, no início dos anos 80, pelo termo Patrimoniologia, *Heritology*, (DESVALLÉES, 2000, p.23, 56-57; DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p.443-444) como designação para representar a Museologia e, por extensão, seu conceito. Fundamenta-se na ressignificação operada pelo campo museológico que estabelece a compreensão da existência do teor patrimonial como elemento básico integrante da imagem da Museologia e do museu, configuração que se foi tornando visível e sendo consolidada a partir dos dois últimos decênios do século passado.

Peter van Mensch afirmou que a qualificação mencionada trazia um entendimento novo e adequado na medida em que “lida com a nossa atitude em relação ao nosso Patrimônio como um todo” (MENSCH, 1994, p.14).

É elucidativa a concepção elaborada pelo espaço museológico que assume com dominância a postura de ter, também, cunho patrimonializador ao proceder a Musealização e, entre outros autores que partilham da mesma posição, citamos Desvallées e Mairesse, “tudo que é musealizado é patrimonializado, mas tudo que é patrimonializado não é musealizado” (2011, p.254, tradução nossa, grifo nosso) ²⁰.

André Desvallées observa que a relação entre Museologia e Patrimônio por meio da Musealização e Patrimonialização tem por objetivo a noção de “preservação” de bens culturais ²¹ (DESVALLÉES, 2000, p.68-72, 41-57; DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p.251-269). O ponto de partida da relação é compartilhado por Mairesse na posição de co-autor de Desvallées na publicação *Concepts clés de Museologie* (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2010) elaborada sob os auspícios do ICOM e lançada por ocasião da 25ª Assembléia Geral, na China, em 2010.

Do mesmo modo é a interpretação dada pelo ICOM no seu Código de Ética, conforme comentamos no início desse tópico, exposta na citação (item 1) que já transcrevemos.

E ao tratarmos de preservação não podemos esquecer que o conceito de preservar que entendemos também se estende ao contexto informacional, portanto, abrange o que se reconhece como preservação de Bens Culturais musealizados representados no sentido tradicional do contexto da materialidade e, de igual modo, como preservação das informações.

²⁰ Texto original de Desvallées; Mairesse -- “tout ce qui est muséalisé est patrimonialisé, mais tout ce qui est patrimonialisé n’est pas muséalisé”.

²¹ Entendendo bens culturais em largo sentido por abranger os de origem natural. Lembrando que é o olhar cultural que valoriza elementos da natureza e avaliza-os como bens simbólicos.

Da mesma maneira, os liames entre os processos culturais Musealização e Patrimonialização foram confirmados durante o XXXII Simpósio Anual do ICOFOM, em 2009, quando com o sugestivo título *Museologia Retorno às Bases (Museology: back to Basics – Muséologie: revisiter nos fondamentaux – Museología: retorno a las bases)* foi discutido na sessão 4: Patrimônio, Preservação, Pesquisa, Objeto, Coleção, Musealização (*Heritage, Preservation, Research, Object, Collection, Musealization*) (ICOFOM, 2009, p.13-23) o tema que a proposta da atual pesquisa apresenta.

Eis algumas considerações feitas pelos teóricos que apresentaram ou discutiram as conferências iniciais:

André Gob (p.17)²², professor da Universidade Livre de Liège, Bélgica, ponderou afirmando que entende os dois processos como “atividades que são complementares e paralelas”.

Jean Davallon (p.15)²³, professor na Universidade de Avignon, França, em sua reflexão afirmou: a “musealização é uma forma de patrimonialização – um objeto de qualquer natureza tornando-se parte do ‘patrimônio’”.

François Mairesse, naquele ano na direção do Museu Real Mariemont, Bélgica, e Davallon pontuaram a questão do reconhecimento institucional como procedimento legitimador.

O primeiro teórico estabeleceu a “ligação entre os conceitos” “institucionalização e validação” (p.17)²⁴. E o outro sustentou o argumento da ação da instância institucional com relação ao Bem apropriado asseverando que: “essa mudança de estatuto por um lado é uma operação científica, por outro lado é certificada pela validação institucional” (p.17)²⁵.

As assertivas apresentadas pelos autores citados são compartilhadas por outros especialistas da Museologia, docentes e/ou profissionais de museus, entre os quais Bernard Deloche, Martin Schärer, Raymond Montpetit, tanto nas suas intervenções no evento que

²² Texto original de A. Gob - [...] “the difference between musealization and patrimonialization is not so great; [...] them activities that are complementary”.

²³ Texto original de J. Davallon - [...] “musealization is a form of patrimonialization – an object of any nature becoming part of the “heritage” ”.

²⁴ Texto original de F. Mairesse – [...] “link between the concepts [...] institutionalization and accreditation” [...].

²⁵ Texto original de J. Davallon - “This change of status is a scientific operation on the one hand, and it is certified by institutional accreditation on the other”. Na versão francesa do documento -- “Ce changement de statut d’une part tient à une opération scientifique, et d’autre part il est certifié par une reconnaissance institutionnelle”.

estamos comentando como ao serem referenciados por Desvallées e Mairesse em outra publicação (2011, p.252-269).

Ainda, em se tratando do reconhecimento da existência do caráter similar na natureza da intervenção de instâncias legitimadoras ao Musealizar e Patrimonializar, outro autor da área, Diana Farjalla Correia Lima, analisando as relações interativas e recuando às suas bases históricas assim se expressa:

O atendimento aos princípios formais estabelecidos pelo contexto da organização social que envolve os padrões da institucionalização do Patrimônio e tendo por ambiente o espaço da Museologia é processo cuja natureza imprime ao bem cultural um caráter diverso da sua função original, isto por força da ação técnico-conceitual que cada objeto sofre. Assim, dotado de teor museológico, colocando-o sob sua tutela especializada para a proteção e a guarda: a salvaguarda para Preservação. O procedimento instaurado pela Revolução Francesa e a Patrimonialização ou institucionalização dos bens que se solidificou na seara dos Museus ao longo dos séculos seguintes, especificamente por volta da segunda metade do século XX e com feição de sentido similar, denomina-se Musealização (LIMA, 2012, p.40).

No feitio dos processos construídos pela dimensão cultural de cunho institucionalizado identificamos que ambos estabelecem e expressam um contexto interpretativo no qual se elabora uma imagem exclusiva, especial, para dotar e categorizar como Bem Cultural determinados espaços (territórios); objetos e espécimes: coleções, exemplares isolados ou conjuntos quer produtos da cultura quer de origem natural; e manifestações culturais não tangíveis cujas formas materiais que as representam estão sediadas em coleções de museus ou são, também, museus, respectivamente, nos moldes de um patrimônio musealizado caracterizado como *ex situ*, quando fora do local de origem, e *in situ* – no próprio local da ocorrência.

Dá-se para tanto um procedimento de apreciação e de prática seletiva que modela uma maneira comum aos dois processos para exercerem o discurso, a atividade e determinarem aos itens mencionados um sentido de “distinção” (BOURDIEU, 1989, p.11). Esse aspecto revela uma forma cultural diferenciadora, hierarquizante, um valor que define, a partir da posição conferida de destaque, um caráter de excepcionalidade e um atributo modelador da configuração patrimonialista e museológica cuja face real é o exercício do poder simbólico.

O poder simbólico detém uma propriedade definidora: sua natureza arbitrária (BOURDIEU, 1989). E ninguém melhor do que Pierre Bourdieu que legou pesquisas básicas sobre o tema para expor o conceito.

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de

revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo - classe, sexo, religião, nação - só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento (BOURDIEU, 1989, p.14-15, grifo nosso).

No entrelaçamento Museologia e Patrimônio nos planos do pensar e do agir as formas musealizadas e patrimonializadas relativas à categoria Bem(s) referenciando a memória coletiva, retomando o que dissemos em outro artigo; são originadas no bojo do que se reconhece como “formação cultural”, segundo Francisco Falcon (1992, p.13), e remetem ao panorama da “formação social”, conforme Roger Chartier (1990, p.23), sendo compreendidas como da ordem da “formação simbólica”, de acordo com Ernest Cassirer (2001, p.46) e Pierre Bourdieu (1986, p.78); por isso, a sua vez, estabelece modelos de poder estruturados em contextos socialmente condicionados e nos quais agentes reconhecidamente especializados exercem posturas estabelecendo linhas conceituais e práticas.

A referência que se faz à formação cultural diz respeito a “todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação” de acordo com o olhar antropológico de Clifford Geertz (1989, p.68, 73), que assim a entendeu, e relaciona-a a “diferentes modalidades de apreensão do real” como produto da “interpretação das culturas”. Quanto aos Bens Simbólicos a esfera cultural os interpreta em espaço de significações com o sentido de “bem público” (DESVALLÉES, 2000, p.41) como também de “interesse público” (ICOMOS, Carta de Florença, 1981), (BRASIL, Decreto Lei 25, 1937), condição na qual o poder simbólico, sutil e imperceptível, instala-se de modo dominante.

É por meio deste traço constitutivo que se dá, então, a mudança da função primeva, de origem, pela função de caráter museológico e pela função de patrimônio. Portanto, ocorre assumir nova característica que lhe dá uma especificidade resultante da “forma” e sua “intervenção sobre a realidade” que materializa a “ação cultural”, tomando-se as palavras de Humberto Eco (1969, p.19), autor que recorreremos mais uma vez. A nova condição implica, por conseguinte, em uma nova classe e seus atributos recém identificados. A situação permite considerar que, originalmente, não estavam sendo percebidos no que lhes era ‘especial’, que tais qualificações só emergiram (foram ‘adquiridas’) por força do reconhecimento e da aplicação do poder simbólico, intervenções executadas pelos dois instrumentos culturais. As ressignificações que apoiam as mudanças para uma nova condição decorrem destas formas simbólicas de olhar, interpretar, atribuir.

De algo comum que foi transmutado, categorizado como Bem e elevado à condição de um patrimônio público, um usufruto -- das comunidades e para as comunidades -- o Bem passa a esfera de objeto de atenção das instituições especializadas. A ação cultural de domínio se assume como exercício de tutela para as questões ligadas ao tratamento, consubstanciando uma situação adequada para que se afirme a institucionalização como modelo pertinente à apropriação simbólica: “é um bem público e sua preservação deve ser assegurada”²⁶ (DESVALLÉES, 2000, p.41). Relembramos a afirmativa de Davallon: o reconhecimento da categoria se dá pela validação institucional. E torna-se possível traçar correspondência aos sentidos aplicados às palavras “revelar” e “consagração” que foram expostas na citação de Bourdieu sobre o poder simbólico e transcritas em linhas anteriores.

Musealização e Patrimonialização são processos gestados por estatutos de perfil imposto, reconhecidos e aplicados por instâncias culturais personificadas como agentes especializados e institucionalizados para trato do tema. São, ao mesmo tempo, instrumentos do poder simbólico cuja presença é exercida pela qualificação emprestada às instâncias para atuar como representantes das necessidades e aspirações vocalizadas por inúmeros grupos sociais nos moldes comunitários, associativos, profissionais, entre outros, aos quais foi relacionada a figura da identidade cultural (pertencimento).

E em razão da outorga pelos pares na circularidade da arena da especialização e do aceite profissional que os campos do conhecimento apresentam, cabe aos agentes agir em anuência com a condição auferida de relevância e de legitimidade que o domínio concede, compreendendo-se a imagem como forma simbólica denominada por Bourdieu de “competência cultural” (1989, p.61, 1986, p.25, 62) para responder pelos Bens. Tais fragmentos da realidade componentes da memória coletiva são assim apropriados e regimentalmente integrados aos processos por meio de práticas que associam ao teor técnico-conceitual o poder simbólico que, aparentemente, a institucionalização não dá a perceber. Os procedimentos do regime são realizados a partir da inscrição em registros das instâncias, a exemplo de listas, inventários, textos normativos (cartas, convenções, resoluções, etc.) e legislação.

O perfil que estrutura a competência exigida para Musealizar e Patrimonializar em contexto formal da dimensão social/cultural imprimindo o *status* de autoridade no assunto, portanto, não foge a natureza político-institucional.

²⁶ Texto original de Desvallées --- [...]“est un bien public dont la préservation doit être assurée” [...]

Esclarecemos que, em tal panorama, o caráter da institucionalização é compreendido ao se reconhecer os agentes integrados a um modelo de organização social que atende a padrões interativos estruturados em valores, regras e comportamentos formalizados. São as instâncias culturais socialmente legitimadas e, portanto, autoridades ativas em contexto local, nacional ou internacional, representadas pelas instituições que apontamos no primeiro tópico do artigo ao darmos exemplos das entidades e suas abordagens de trato temático. Ainda, o modelo é reconhecido como de característica política no conjunto de princípios conceituais e práticos das instâncias que definem, orientam, estabelecem qualificar e tratar os Bens simbólicos sob a égide de um padrão cultural outorgado para o exercício do papel de autoridade responsável.

3 A PESQUISA: DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

A pesquisa sobre Musealização e Patrimonialização traça seu desenho composto pelas representações culturais de Bens simbólicos e no âmbito das instâncias ligadas aos dois processos. Tem como objetivo geral: identificar, analisar as modalidades de apresentação desses dois termos/conceitos da linguagem museológica que são exercidas como políticas institucionais de entidades socialmente credenciadas, em nível nacional e internacional, visando à elaboração e explicitação de um elenco composto de indicadores temáticos teórico-práticos relacionado a critérios de valor regentes da apropriação simbólica das manifestações e aplicado nas intervenções que caracterizam os Bens culturais. Os objetivos específicos englobam o perfil das competências institucionais; as decisões ordenadoras das qualificações do corpo explicativo (modelos) e do corpo prático (atuações) que configuram os processos de enquadramento.

Sob a perspectiva metodológica a investigação de caráter teórico desenvolveu análise interpretativa e comparativa aos conteúdos dos documentos especializados. O levantamento se fixou, principalmente pela questão focalizada, em fontes primárias produzidas no Brasil e exterior. Destacamos: legislação; normas sob várias designações e abrangências que definem as especificidades para o enquadramento dos Bens e qualificam a proteção; registros de bens simbólicos em diversos modos de apresentação e relativos a níveis de tutela legal ou simbólica para proteção como, por exemplo, inventários, catálogos de acervos, listas de patrimônio, relações de tombamento, entre outros. Também complementando as fontes: artigos de autores dedicados à temática; leitura interpretativa do perfil pelo qual se apresentam publicamente as instâncias ditas competentes, ambiente nacional e internacional, associando-as aos documentos investigados que são próprios da sua produção. Dentre as instâncias

analisadas estão as que nomeamos no tópico 1 do artigo; também os serviços de informação que detêm, podemos dizer de jeito simplório, número ‘gigantesco’ de itens sobre museus patrimônio (Bens simbólicos). São referentes ou a cada país ou a grupos temáticos integrando países e suas instituições e disseminados em bases de dados a exemplo de: -- Bens Tombados e Registrados, IPHAN, Brasil; -- *Canadian Heritage Information Network*, CHIN, Rede Canadense de Informação em Patrimônio, Governo do Canadá, Canadá; -- *Charters and other doctrinal texts*, Cartas e outros textos normativos, ICOMOS; -- *Inventaire général du patrimoine culturel*, Inventário geral do patrimônio cultural, Ministério da Cultura e Comunicação, França; -- *Joconde, Memoire, Palissy, Mérimée*, Bens diversificados, Ministério da Cultura e Comunicação, França; -- *Legal Instruments*, Instrumentos Legais, UNESCO, França; -- *MatrizNet*, Instituto dos Museus e da Conservação, Bens diversificados, Ministério da Cultura, Portugal; -- *Museums.ch-La plate-forme des musées en suisse*, Museus.ch.Plataforma dos museus na Suíça, Associação de Museus Suiços, AMS, Suíça; -- *Virtual Museum of Canada*, Museu Virtual do Canadá (museus reais e digitais), Governo do Canadá, Canadá; -- *World Heritage List*, Lista do Patrimônio Mundial, UNESCO, França.

Em se tratando do que está sendo definido e aplicado na interação Museologia e Patrimônio o resultado, na fase atual da pesquisa, já aponta uma particularidade que se apresenta com base no uso comum de modo prevalente. É o pensamento erigido sob o signo da proteção, a missão da salvaguarda, sedimentando na prática a ideia da preservação dos Bens das coletividades e destinada para transmissão às gerações futuras, reforçando a construção e o registro da memória social sustentada na pertença cultural.

De acordo com tal princípio, o papel dos museus, mesmo aqueles orientados segundo uma ótica contemporânea, busca essencialmente preservar e transmitir as aquisições dos últimos cinco séculos de nossa cultura ocidental moderna (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p.262, tradução e grifo nosso)²⁷.

O discurso preservacionista é reforçado na literatura por participantes do domínio museológico, em tempos diversos, tais como: Waldísia Rússio (1984); Menezes (1992); Martin Schärer (2010), entre outros. E, do mesmo modo, assim é feito em ambiente de instâncias, desde a primeira Carta de Atenas, 1931, na qual o espírito museológico está marcado pela participação do Escritório Internacional de Museus por ocasião do Primeiro

²⁷ Texto original de Desvallées; Mairesse --- “Selon un tel principe, le rôle de tous les musées, même ceux orientés dans une optique contemporaine, vise essentiellement à préserver et transmettre l’acquis des cinq derniers siècles de notre culture moderne occidentale”.

Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos e, ainda, nos demais “documentos patrimoniais”²⁸ (LIMA, 2009, p.7) até o presente.

O documento elaborado quando da Conferência de Nara, Japão, ilustra a preocupação conservacionista.

A diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e a valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano. (UNESCO, Conferência de Nara, 1994, p.1-2, grifo nosso).

Preservar como atitude de demanda primeira tornou-se a política que move as instâncias. Passou a referendar a atribuição de valores promotores dos processos de Musealização-Patrimonialização e a permitir assegurar a legitimidade da ação que imprime a figura do que reconhece culturalmente como um Bem. E os atributos/valores que analisamos levou-nos a considerá-los no papel determinante para serem os indicadores temáticos teórico-práticos da pesquisa.

Verificamos que os indicadores representam um valor de distinção consignando uma diferença no significado, uma hierarquia que ao ser estabelecida pelo olhar cultural vem respaldar as apropriações da institucionalização.

A marca da distinção se evidencia nas designações (termos) emprestadas aos Bens que são o objeto da Musealização-Patrimonialização, bem como nas definições que as acompanham (conceitos) explicitando os termos representando os atributos de valor²⁹ que associam imagens. Expomos uma pequena amostra apenas para exemplificar a representação do elenco de indicadores temáticos teórico-práticos que construímos e cobrem um período de cerca de 80 anos.

²⁸ Texto original de Lima --- Considera-se como tal: textos normativos – Convenções, Recomendações, Declarações, Cartas, Compromissos, Normas e similares – representando a produção internacional/nacional que, em especial, destaca o conjunto relativo às normas/procedimentos para tratamento do tema patrimônio, quer seja indicando a interpretação conceitual como o exercício prático e oriundos das instâncias especializadas; exemplos: ICOM, Conselho Internacional de Museus; ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; TIICH, Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial; UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, entre outras entidades. -- A definição data de 2005/2006 inicialmente apresentada no relatório da pesquisa Termos e Conceitos da Museologia, UNIRIO e, posteriormente, publicada.

²⁹ A limitação de espaço não nos permite citar demais indicadores e outras fontes que nomeiam com os textos na íntegra ou os valores correlatos, além de diversas designações/valores que compõem o elenco construído pela pesquisa. Inclusive, os conceitos que representam e explicam os indicadores e estão baseados nas interpretações das fontes. No entanto isso será, em breve, objeto de outro artigo.

Os termos são signos que deixam perceber conceitos que encerram interpretações da ordem da distinção: -- “testemunho”/“testemunhos” (ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE MUSEUS, SOCIEDADE DAS NAÇÕES, Carta de Atenas, 1931), (ICOM BR, 2009, p.28), (ICOMOS, Carta de Veneza - Carta internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, 1964); -- “documento” (ICOMOS, Carta de Washington – Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas, 1986); -- “autêntico”/“autenticidade” (Schreiner, 1985, apud DESVALLÉES, MAIRESSE, 2010, p.60), (UNESCO, ICCROM, ICOMOS, Conferência de Nara - Conferência sobre a autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial, 1994); -- “original”/“originalidade” (LEMOS, 2007, não paginado); - - “excepcional”/“excepcionalidade” (BRASIL, Decreto Lei 25 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937), (UNESCO, Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial, 2002); -- “feição notável” (BRASIL, Decreto Lei 25, 1937); -- “identidade cultural” (ICOMOS, Declaração do México - Conferência mundial sobre as políticas culturais, 1985), “construção identitária” (BRASIL, Lei nº 11.906, 2009 - cria o Instituto Brasileiro de Museus...); -- “herança cultural”, “herança comum da humanidade” (UNESCO, Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial, 2002); -- “capital” (CONSELHO DA EUROPA, Manifesto de Amsterdã – Congresso do Patrimônio arquitetônico europeu, 1975); -- “informacional”; (STRÁNSKÝ, 1974, p. 3, apud MENSCH, 1992, não paginado); -- “fonte de conhecimento”, “fonte primária de conhecimento” (STRÁNSKÝ, 1965, apud MENSCH, 1992, não paginado); -- “substituto da realidade” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2010, p.49); entre outras significações atribuídas. São elaborações feitas para confirmar a valoração como signos culturais daquilo que é selecionado e foi determinado relevante diferenciar em meio a outras manifestações.

A marca da diferença, distinção, é construída por objetivações centradas em firmes padrões interativos e organizacionais calcados em procedimentos, normalizações, seleções formalizadas que decorrem das especialidades e validam a prescrição conservacionista. O ato inicial para promover a qualificação na categoria Bem é documentá-lo pela ação de registrar no acervo do museu ou, dependendo da condição apresentada, torná-lo um museu e, do mesmo modo, efetivar os registros (documentação) nas entidades ou grupos responsáveis pelo tema patrimonial com vistas a afirmar perante a sociedade a imagem do Musealizar-Patrimonializar.

O contexto dos resultados faz reconhecermos atuando um modelo do exercício do poder simbólico que é detido pelas instâncias associadas no panorama da Musealização-Patrimonialização. São entidades que assumem o caráter de domínios socialmente autorizados

sob a chancela da competência cultural, portanto, com habilitação para serem as entidades dominantes no trato do tema em vários níveis de representação social e de políticas que cobrem um largo espectro como nuances da consulta, da recomendação, da ação administrativa, da face legal. Os museólogos e demais especialistas compartilham como atores dessa cena cultural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os termos/conceitos Musealização e Patrimonialização são processos culturais que ao atribuírem valores simbólicos a elementos da natureza e da cultura alteram em contexto social suas qualificações originais, seus estados, pois os categorizam em um padrão diferenciado: transforma-os em Bens Musealizados e Bens Patrimonializados. Dessa maneira, o que poderia ser considerado como algo dotado de caráter comum passa a ostentar um valor especial, assume uma condição que o distingue e o classifica no extrato da singularidade.

Nosso estudo encaminha compreender os atributos de valor expressando significações geradas em contexto de simbolização. Por conseguinte, são reveladoras de interpretações que pela força do sentido empregado aos conceitos ilustram nos seus termos a outorga do poder simbólico.

São explicações cujas objetivações provêm das instâncias e de profissionais socialmente legitimados, culturalmente reconhecidos na qualidade de especialistas, por tal motivo, aptos a consumir maneiras de validação deflagradas sob forma apropriadora, intervencionista que, plena de variadas e amplas medidas justificadas pela imagem da necessidade de preservação, faz-se sustentada na referência à memória coletiva. E cobre tanto as condições físicas dos bem materiais como se estende às expressões das manifestações imateriais que, pela condição intangível, não podem ser desconsideradas na dinâmica das transformações culturais que podem suceder.

No cenário da pesquisa o modelo que executa o poder simbólico se destaca interpretado na qualificação de um padrão culturalmente aceito para cumprir a responsabilidade em sociedade.

O elenco de indicadores temáticos teórico-práticos e constituído pelas designações (termos) e interpretações (conceitos) veiculado na comunicação do campo museológico assinala valores e procedimentos político-institucionais referendados que, também, formalizam orientar os agentes (individuais e instituições) quanto às especificidades das condições requeridas e, sobretudo, dar apoio para determinar e desenvolver ações simbólicas

que, verdadeiramente, deixaram-nos identificar a dominância decisória e repetimos: do poder simbólico para intervenções de apropriação cultural.

E o entrelace Musealização-Patrimonialização, no seu espaço de ingerência intelectual e de operação, descortina esse horizonte que desenha e legitima o competente quadro de uma ordem tutelar que, considerada em nível de excelência, preside o tema e o tratamento dos bens que se colocam sob sua órbita.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. D.O.U. Seção 1. 06/12/1937. p. 24056. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BRASIL, **Lei nº 11.906, de 21 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM. D.O.U. de 21/01/2009, p. 1. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.906-2009?OpenDocument>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. (Memória e Sociedade).

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad.Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Coleção Estudos).

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**. A linguagem. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Tópicos).

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

CHIN - **Canadian Heritage Information Network**. Disponível em: <http://www.rcip-chin.gc.ca/avis_importants-important_notices-eng.jsp>. Acesso em: 27 jun. 2014.

CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã. Congresso do Patrimônio arquitetônico europeu. 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

DESVALLÉES, André. **Terminología Museológica. Proyecto Permanente de Investigación**. ICOFOM, ICOFOM LAM (ICOM). Rio de Janeiro: Tacnet Cultural, 2000. 1 CD ROM.

DESVALLÉES, A., MAIRESSE, F. (Ed). **Concepts clés de muséologie**. France: ICOM, ICOFOM Armand Colin, 2010. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Francais_BD.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

DESVALLÉES, A., MAIRESSE, F. (Ed). **Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie**. Paris: Armand Colin, Centre Nacional du Livre. 2011. 2 v.

ECO, Humberto. **Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 1969. (Coleção Debates).

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE MUSEUS, SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas - Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (1). 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

FALCON, Francisco J. C. **A história cultural**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1992.

FRANCE - **L'Inventaire général du patrimoine culturel. Le portail de la culture**. Disponível em: <<http://www.inventaire.culture.gouv.fr/>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Instituto Brasileiro de Museus**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/a-instituicao/>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOFOM - International Committee for Museology. Synthesis of the Symposium - Session 4: Heritage, Preservation, Research, Object, Collection, Musealization. In: ICOFOM Annual Symposium - Museology: back to Basics, 32, 2009., Liège, and Mariemont. **Anais eletrônicos...** Liège, Mariemont. ICOFOM. p. 12-23. (ISS 38). Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2838%Suppl-Engl.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOM - International Council of Museums. **The International Committees of ICOM**. Disponível em: <<http://icom.museum/the-committees/international-committees/>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOM - International Council of Museums. **ICOM Statutes – Definition Terms, Museum**. 2007. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/statutes_eng.pdfm>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOM - International Council of Museums. **Statutes**. 2007. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/Statutes_eng.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOM BR- Comitê Brasileiro do ICOM. **Código de ética para museus do ICOM**: versão lusófona. São Paulo: ICOM BR, Governo do Estado de São Paulo, 2009. 31 p. Disponível em: <www.museupm.com.br/legislacao/codigoEtica.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

ICOMOS - **International Council on Monumentes and Sites**. Disponível em: <<http://www.icomos.org>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOMOS - International Council on Monumentes and Sites, IFLA - Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos. Carta de Florença.1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.govgov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=252>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOMOS - International Council on Monumentes and Sites. Carta de Veneza. Carta internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOMOS - International Council on Monumentes and Sites. Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=256>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOMOS;- International Council on Monumentes and Sites. **Charters and other doctrinal texts**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/en/charters-and-texts>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ICOMOS - International Council on Monumentes and Sites. Declaração do México sobre as políticas culturais. 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados e registrados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17733&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

IPHAN - **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 27 jun 2014.

JOCONDE. **Portail des collections de musés de France**. Disponível em: <<http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/pres.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental. **Arquitextos**. São Paulo, ano 7, n. 082.1, mar. 2007. Disponível em: Vitruvius <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/260>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança Cultural (re)interpretada ou a Memória Social e a instituição Museu: releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, PPG-PMUS UNIRIO/MAST v. 1, n. 1, 2008, p. 33-43. Texto baseado em paper, Simpósio ICOFOM – Museologia e Memória. (ICOM), Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4/2>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: ‘tematizando’ Bourdieu para um convite à reflexão. **Museologia e Interdisciplinaridade**. Brasília, PPGCI UnB, v. 2, n. 4, p. 48-61, 2013. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/museologia/article/view/9627/7117>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** – Museologia e Patrimônio, Belém, MPEG. v. 7, n. 1, p. 31-50, jan/abr, 2012. Disponível em: <[http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia\(lima\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia(lima).pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, PPG-PMUS UNIRIO/MAST, v. 3, n. 2, jul/dez de 2010, p. 16-26. 2014. Texto baseado no paper “Museu e diversidade cultural: implicações de um espaço simbólico do poder”, Seminário Internacional ICOFOM - Museums, Museology and Cultural Diversity, ICOM, Xochimilco, México. 1998. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/167/130>>. Acesso em: 27 jun.

LIMA, Diana Farjalla Correia. O que se pode designar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam. In: ENANCIB 2009 - Encontro Nacional de Pesquisa em

Ciência da Informação (10), Responsabilidade Social da Ciência da Informação, 2009, João Pessoa. **Anais X ENANCIB, GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação**. João Pessoa: ANCIB, PPGCI-UFPB, 2009, p. 2421-2468. 1 CD ROM.

MAIRESSE, François. L'histoire de la Muséologie, est-elle finie? In: ICOFOM 2006 – Annual Symposium, *Museology - a field of knowledge: Museology and History*, 29, 2006., **Anais eletrônicos...** Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers, Alta Gracia. Córdoba: ICOFOM/ICOFOM LAM, 2006, p. 81-88. (ISS 35).

Disponível em:

<http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2035%202006%20History.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

MATRIZNET. **Catálogo colectivo on-line dos Museus do Ministério da Cultura**.

Disponível em: <<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/BemVindo.aspx>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. **Ciências em Museus**, Belém, n. 4, p. 103-120, 1992.

MENSCH, Peter van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. Trad. Tereza Scheiner. **Boletim ICOFOM-LAM**. Buenos Aires-Rio de Janeiro: n. 4/5, p. ix-x, ago. 1992.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994. (Pretextos Museológicos).

MICELI, Sergio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.p. i-xli. (Coleção Estudos).

MUSEUMS.CH, La plate-forme des musées en suisse. **Home**. Disponível em: <<http://www.museums.ch/fr/au-musee/impressions/>>. Acesso em: jun. 2014

RÚSSIO, Waldisa. Cultura, patrimônio e preservação – texto III. In: ARANTES. A. A. (Org.) **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. p. 59-64.

SCHÄRER, Martin. Things + Ideas + Musealization = Heritage a Museological approach. **Museologia e Patrimônio-** PPG-PMUS UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, v. II, n.1, p. 85-89, jan/jun 2009. Disponível em:

<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

SCHREINER, Klaus. Critères pour la place de la muséologie dans le système des sciences. **Museological Working Papers**, Stockholm, ICOFOM, n. 1, p. 39-41, 1980.

SOLA, Tomislav. Concept et nature de la muséologie. **Museum**. Paris: Unesco, v. 39, n. 153, p. 45-49, 1987.

STRANSKÝ, Zbynek Z. La muséologie: science ou seulement travail pratique du musée? **Museological Working Papers - MuWoP/DoTraM**, Stockholm, ICOFOM, n.1, p. 42-44, 1980.

STRANSKÝ, Zbynek Z. Working Group on terminology. **Museological News-Bulletin of ICOFOM**. Stockholm, ICOFOM, n. 8, p. 29-31, 1985.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Culture**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

UNESCO, ICCROM, ICOMOS, **Conferência de Nara – Conferência sobre a autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial**. 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

UNESCO. **Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial**. 2002. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

UNESCO. **Legal Instruments**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=12024&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 7 jun. 2014.

UNESCO. **World Heritage List**. Disponível em: <<http://en.unesco.org/>>. Acesso em: 2 jun. 2014.